

As acusações que entravam a paz

por Naftal Donaldo

A. 1.4

O esforço de guerra delapida recursos, mas a implantação da paz consome até à exaustão as fontes desses recursos.

A manutenção do cessar-fogo no nosso país está a ser actualmente gerida pela Comissão de Cessar-Fogo (CCF), criada e a funcionar sob os auspícios do Acordo Geral de Paz.

Entre outras atribuições, compete à CCF velar pela prevenção de focos desestabilizadores, eliminação de potenciais "bolsas" de insegurança, garantir a separação de forças do Governo e da Renamo, evitar contactos armados entre as partes, fiscalizar a movimentação de tropas, controlar as zonas de acantonamento, os efectivos, e qualidade do material bélico identificado e registado antes e depois da desmobilização, a desminagem, a análise das notificações remetidas pela parte queixosa, assegurar a coordenação necessária do sistema de verificação da ONU.

No âmbito das suas competências, a CCF tem estado a desempenhar um papel crucial na estabilização do país, segundo o estipulado no Protocolo IV, parágrafo VI (1) (2).

Aliás, o seu envolvimento foi decisivo em fins de 1992, quando dos incidentes de Momba e Angoche (Nampula), Maganja da Costa e Lugela (Zambézia).

Na altura, a paz esteve no umbral de ser ensanguentada com uma escalada de violência armada, já que o número de observadores militares da ONU continuava a desembarcar no país a conta-gotas e o Tenente-Coronel Sinhá não possuía a capacidade institucional, legal e financeira como a que a ONUMOZ possui hoje.

De lá a esta parte, as queixas de parte a parte têm-se avolumado, contactos belcosos entre membros do Exército governamental e as forças da Renamo ameaçam cortar o fio desta paz precária, os resultados das investigações dessas notificações têm sido pouco substanciais.

Entretanto, "bolsas" de "gangs" fazem das artérias das cidades e outros centros urbanos suas carreiras de tiro, indivíduos não identificados assaltam e assassinam nas rodovias: é a orgia dos monstros autofágicos que se criaram e desenvolveram durante a terrível guerra.

Hoje, os recursos humanos, financeiros e institucionais conferem à CCF um salto qualitativo e quantitativo diferente do cenário dos fins do segundo semestre do ano passado.

Estão posicionados no terreno 6516 tropas e observadores militares da ONU no nosso país. Há dinheiro e mais departamentos. Existem regras e regulamentos.

Qual é então o nó de estrangulamento? Dentre as várias comissões previstas no Acordo Geral de Paz, a CCF é a que mais sessões realizou no Clube Militar, mas o potencial de risco de uma confrontação armada continua a ser um espectro que nubla esta paz.

Porque à medida que o tempo escorre, novas queixas de parte a parte vêm progressivamente avolumando as que já existem, e cujas investigações e conclusões caminham a passo de camaleão.

No fundo, pode-se inferir que ainda há falta de confiança entre as partes. Por outro lado, os próprios mecanismos são caracterizados por uma burocracia pesada, cujo alívio se torna urgente para que as notificações não ascendam as mais de quatro dezenas remetidas à CCF.

A CCF é a comissão com que dificilmente os jornalistas conseguem trabalhar. Os profissionais da Informação fazem das tripas o coração, armam-se de paciência e no fim regressam às redacções com enxaquecas e arrebatamentos que resultam da intransparência dos debates, porque se uma das partes o faz é para tomar posições irredutíveis. Ora, a Informação não é nenhuma caixa de ressonância.

Isto é, a CCF tem que se compenetrar de que à medida que sobe a quantidade e qualidade das queixas, maior é o desfalecimento doméstico, maior é a retracção dos doadores e dos nossos empresários.

Porque será da responsabilidade da CCF qualquer sinal de potencial de perigo que no futuro possa vir a ocorrer no país, se se envolver em questões que quem nada contribuem para a agilização e flexibilização da paz, que custou mais de dois anos de negociações na capital italiana.

De resto, já se veicula em certos círculos descontentes e agastados com o funcionamento da CCF que este órgão não passa de uma Comissão de Acusações Mútuas (CAM).

Então, se não o for, a prova vem da forma como irá ser tratada a questão de Tete e outras (obviamente).

Entretanto, abaixo a Comissão das Acusações Mútuas (CAM)!

Notícia
27.7.93